



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 36/2023 - PRES/DG/SGP/GABSGP**

#### **1.0. OBJETO:**

1.1. Elabora-se o presente Termo de Referência, com base nos termos do art. 6º, XXIII, da Lei n. 14.133/21, e do art. 15 da Instrução Normativa n. 09/2022 – TRE-RO.

#### **Definição:**

1.2. Contratação temporária de agência de fornecimento de passagens aéreas para emissão de bilhetes, cotações, reservas, marcações e cancelamentos de trechos nacionais e internacionais em favor deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

1.3. O serviço se dará por meio de atendimento remoto (*sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone*).

#### **2.0. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

2.1. A demanda está prevista no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO.

#### **3.0. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

3.1. O serviço de fornecimento de passagens aéreas é de vital importância para o cumprimento da missão institucional do TRE-RO dada a necessidade constante de deslocamento de magistrados e servidores para eventos preparatórios das eleições junto ao Tribunal Superior Eleitoral, treinamentos, reuniões de trabalho, participação em eventos em outras unidades da federação, bem como prover a vinda de palestrantes,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

servidores, instrutores e magistrados de outras localidades para a realização ou participação em eventos.

3.2. Registre-se que a efetivação dos deslocamentos necessários às atividades do TRE-RO não se dá unicamente com a aquisição do bilhete aéreo. Trata-se, efetivamente, da prestação de um serviço que compreende a cotação, reserva, remarcação, cancelamento e outros serviços correlatos.

3.3. Considerando o iminente exaurimento da contratação vigente deste serviço no PASEI: [0003590-88.2021.6.22.8000](#) em 12/5/2023, bem como a imprevisibilidade de se estabelecer prazo final para a conclusão da nova licitação em andamento no PASEI: [0003344-58.2022.6.22.8000](#) em razão de fatos procedimentais como revisões, impugnações, análise de recursos, etc., é que se deu a necessidade inicial de disparar esta contratação direta, excepcional e temporária, que, assim como em sua contratação nativa, está alinhada ao sexênio estratégico de 2021-2026.

3.4. Vale destacar que as causas do exaurimento da contratação atual que reclamam a necessidade da presente contratação emergencial decorrem do impacto imprevisível que os custos das passagens aéreas vêm sofrendo ultimamente em razão do seguinte:

- a) elevação dos preços dos combustíveis;
- b) proximidade das datas de ciência e convocação com as de realização dos eventos de trabalho;
- c) períodos de deslocamento próximos a feriados e datas especiais; e
- d) destinos específicos que sofreram aumento de preço (ex.: Brasília-DF).

3.5. Esses fatores ocasionaram o aditamento do contrato atual em 25% do seu valor e agora reclamam da Administração a busca de uma contratação emergencial, apesar de o contrato atual ter sido planejado com base na média histórica de emissão de passagens e no orçamento disponível para o período.

3.6. Nota-se, assim, que a contratação emergencial visa de fato preservar a continuidade da prestação dos serviços e das atividades finalísticas deste tribunal com os deslocamentos aéreos de seus agentes públicos (magistrados e servidores), uma vez que o valor financeiro disponível do contrato em vigor está crítico para comportar todas as viagens demandadas. A execução do contrato atual já ultrapassou 94%, conquanto o contrato atual tenha vigência até maio de 2023.

3.7. Por fim, é importante enfatizar que a suspensão do fornecimento deste serviço poderá inviabilizar a concretização em sua mais plena dimensão das



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atividades e missões institucionais deste Regional, visto tratarem-se de necessidades permanentes e prolongadas no tempo, típicas de serviços continuados.

### **4.0. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

#### **Definição**

**4.1.** Trata-se de solução que visa efetivar as necessidades de deslocamentos à serviço ou para cumprimento de compromissos institucionais por autoridades, servidoras e servidores deste Regional Eleitoral, contribuindo, assim, para o efetivo alcance da finalidade pública.

#### **4.2. Detalhamento do objeto:**

- a) Trajetos aéreos (incluída ida e volta e oferta de bagagem);
- b) *sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone;*
- c) Marcação, remarcação, cancelamento, cotação e reservas;
- d) Quantidade estimada: Variável. Previsibilidade de 45 passagens completas (ida e volta);
- e) Possibilidade de trechos nacionais e internacionais; e
- f) Atendimento de no mínimo segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 8 às 18h.

4.3. Em razão do caráter emergencial desta contratação, dispensa-se a apresentação de garantias.

### **5.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. O objeto é simples. Os elementos constantes na especificação do objeto, nas obrigações da contratada e na proposta mostram-se suficientes.

### **6.0. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.1. Considerando as regras previstas no art. 5º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, opinamos pela não exigência neste processo, pois trata, primeiramente, de regra facultativa, entendimento extraído do próprio texto regulamentar. Além disso, o objeto trata de fornecimento de passagens aéreas, não havendo, assim, impactos ambientais com a emissão de agentes químicos ou potencialmente lesivos ao meio ambiente.

6.2. Importante salientar que este Tribunal tem demonstrado interesse pelas questões ambientais e de sustentabilidade, tendo uma assessoria que está tratando justamente de estudos para implementação de critérios de sustentabilidade nas contratações.

6.3. Em razão do objeto deste TR e para cumprimento dessas normas, será exigido da contratada boa prática no sentido de utilizar, desde que possível, a via digital para envio de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato.

## **7.0. MODELO SIMPLIFICADO DE EXECUÇÃO E ROTINAS DO OBJETO**

7.1. A execução do objeto observará os seguintes passos:

I – A contratante encaminhará, por e-mail ou sistema próprio, as solicitações de marcação, remarcação, cotação ou cancelamento de passagens aéreas.

II – As solicitações serão encaminhados de segunda à sexta-feira, no horário das 8 às 18h, podendo, excepcionalmente, requisitar os serviços em feriados e finais de semana.

III - A contratada responderá aos pedidos do inciso I em até 24 horas;

IV – A contratante responderá em até 72 horas, informando suas decisões;

V - Autorizado e realizado os deslocamentos, o contratante fará a autorização de pagamento, conforme capítulo próprio.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **8.0. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

8.1. Considerando os valores disponíveis, o desconto mínimo previsto, o atual preço médio de faturas, bem como os deslocamentos a serviço e treinamentos deste Tribunal previstos para os próximos 90 dias, estima-se o valor total da contratação em **R\$ 107.666,55 (cento e sete mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), com desconto de 1% (um por cento)**, conforme formulário de informação conclusiva do valor estimado ([0995376](#)).

8.2. É importante destacar que, ainda que trata-se de contratação por critério do maior desconto, portanto é necessária estimativa de uso pelo órgão contratante. Assim não fosse, as ofertas e efetiva execução poderiam ser imprecisas, impraticáveis e com grande ofensa ao atual modelo de planejamento estratégico. Desta forma, esta unidade gestora não pretende contratar mais do que o valor necessário a possíveis 45 trajetos, que foram usados como base de referência para elaboração de proposta do desconto [0995333](#) e estimativa de contrato para programação orçamentária, visto tramitar nos autos [0003344-58.2022.6.22.8000](#) uma contratação anual e mais vantajosa para fornecimento destes serviços.

<b>Estimativa de trajetos para elaboração de proposta</b>	<b>Ticket médio praticado na Administração Pública</b> <a href="#">0995369</a> R\$	<b>Valor estimado da contratação</b> R\$	<b>Desconto mínimo</b>	<b>Valor líquido estimado R\$</b>
45	R\$ 2.392,59	R\$ 107.666,55	1%	R\$ 106.589,89

8.3. Apesar de consultarmos várias empresas identificadas prestadoras do serviço, conforme comprovante de consulta [0995376](#), apenas 3 cotações foram respondidas a este Regional sendo duas válidas em todos os aspectos conforme ICVEC [0995376](#).

8.4. Certamente, este cenário foi resultado de várias circunstâncias como a imprevisibilidade da contratação, o atual cenário comercial, as condições praticadas no mercado e a urgência do caso. Os esforços dedicados por esta unidade não foram suficientes para despertar o interesse pelo mercado nacional. Este mesmo entendimento está consagrado pelo TCU em seu **Acórdão n. 1.266/2011 - Plenário**, veja-se:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*"o entendimento é no sentido de que, no caso de não ser possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais para a estimativa de custos que antecederem os processos licitatórios, deve ser realizada pesquisa de preços contendo o mínimo de três cotações de empresas/fornecedores distintos, fazendo constar do respectivo processo a documentação comprobatória pertinente aos levantamentos e estudos que fundamentaram o preço estimado. E que, caso não seja possível obter esse número de cotações, deve ser elaborada justificativa circunstanciada". Negrito*

*9. Citam-se como exemplo os Acórdãos n°s 3.506/2009-1ª Câmara, 1.379/2007-Plenário, 568/2008-1ª Câmara, 1.378/2008-1ª Câmara, 2.809/2008-2ª Câmara, 5.262/2008-1ª Câmara, 4.013/2008-1ª Câmara, 1.344/2009-2ª Câmara, 837/2008-Plenário, 3.667/2009-2ª Câmara e 3.219/2010-Plenário.*

8.5. Desta forma, por mais que esta unidade tenha consultado o mercado, a estimativa de preços para contratação direta foi baseada em dois fornecedores, sendo, notoriamente, selecionado o de maior desconto.

REFERÊNCIA	REGULARIDADE FISCAL	DESCONTO OFERECIDO	PROPOSTA APTA
SLC VIAGENS	Regular sim(x) não( )	INCOMPATÍVEL	NÃO
LINK TOUR TURISMO	Regular sim(x) não( )	0%	SIM, mas não escolhida
L.A VIAGENS	<b>Regular sim(x) não( )</b>	<b>1%</b>	<b>SIM</b>

8.6. O percentual de desconto e referencial da contratação foi obtido de acordo com a legislação externa e interna aplicável, descrita na Informação Conclusiva de Valores ([0995376](#)), e toda a metodologia e dispositivos aplicados, documento ao qual faz parte deste TR, mediante cotação direta ao mercado.

## **9.0. ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.1. A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

<b>Tipo de Orçamento</b>	<b>Item de despesa do planejamento orçamentário</b>	<b>Plano Interno</b>	<b>Previsão de execução orçamentária 2023</b>
Ordinário	Passagens a servidores em deslocamentos a serviço da JE-RO	ADM PASSAG	2023
Total			<b>R\$ 107.666,55</b>

## **10.0. FORMA DE SELEÇÃO**

### **10.1. Dispensa de licitação – Contratação direta emergencial**

10.2. A contratação direta e emergencial tem por objeto o fornecimento de passagens aéreas e o objetivo de dar cumprimento às missões institucionais em sua ampla dimensão por este Regional Eleitoral, sendo que a interrupção das ações programadas pode, inevitavelmente, provocar prejuízos à segurança e continuidade dos serviços. Assim, sugere-se à autoridade competente a contratação emergencial por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, VIII, da Lei n. 14.133/2021.

10.3. A proposta apresentada pela **L.A. VIAGENS** ([0995374](tel:0995374)) possui o melhor desconto entre os participantes, possui sua regularidade fiscal apresentada e atende às condições gerais estabelecidas neste Termo de Referência.

10.4. Portanto, tomando-se por base as propostas obtidas, a que melhor se enquadra às necessidades do TRE-RO, notadamente pelo maior desconto oferecido, refere-se à proposta oferecida pela empresa **L.A. VIAGENS E**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TURISMO LTDA**, pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob o n. 04.613668/0001-65 **com desconto de 1%**. Foi juntada aos autos a regularidade fiscal e habilitação técnica, conforme [0995375](#). Assim, esta unidade entende que a contratação pode ser realizada diretamente através de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, VIII, da Lei n. 14.133/2021.

### **10.5. Dados da futura contratada**

**CNPJ** n. 04.613668/0001-65

**Email:** alexandre@traveltours.com.br

**Endereço:** SHN Bloco “A” loja 230 Manhattan Plaza CEP: 70.710-907  
Brasília-DF

**Dados Bancários:**

Banco: Banco do Brasil

Agência: (Nº C/ 05 DÍGITOS): 2863-0

Número da conta-corrente: 20490-0

**Dados do representante legal:**

Nome: Lucila Mendonça Valente

RG:539.729-45 SSP/B

### **10.6. Critérios de aceitação da proposta**

10.5.1. A proposta nos termos do modelo [0995333](#) contém:

a) O percentual de desconto oferecido sobre o valor do volume de vendas de passagens aéreas nacionais e internacionais, inclusive sobre as tarifas



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

promocionais e reduzidas disponíveis no momento da compra, excluída a taxa de embarque.

b) O futuro contratado deverá considerar a previsão de 45 passagens completas (ida e volta) para elaboração de orçamento da proposta comercial.

### **10.7. Critério de habilitação**

10.7.1. A habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista será aquela regularmente exigida pelo elaborador do instrumento convocatório e será solicitada somente do proponente que tenha a sua proposta aceita, nos termos do instrumento convocatório.

10.7.2. A habilitação econômico-financeira consiste na apresentação de Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica.

a) A certidão deve estar válida no momento da abertura do processo e assim deve permanecer. Não havendo prazo de validade, deverá ter sido emitida em, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias, contados da elaboração da proposta.

b) Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, a proponente deve apresentar, no mesmo ato, a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.

c) A proponente em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

### **Habilitação técnica**

10.7.3. Poderão participar as agências de turismo Consolidadoras e Consolidadas, assim entendidas:

**I - CONSOLIDADORAS:** aquelas credenciadas pelas companhias aéreas e autorizadas, mediante Contrato de Fornecimento, a emitirem



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

bilhetes de passagens aéreas e outras agências de turismo, nas classes econômicas e executivas, em âmbito nacional.

**II - CONSOLIDADAS:** Aquelas autorizadas a receberem, mediante Contrato de Fornecimento, bilhetes de passagens aéreas das consolidadoras, nas classes econômicas e executivas, em âmbito nacional.

**10.7.4** O futuro contratado deverá apresentar a seguinte documentação complementar:

**I -** Atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido por órgão ou entidade da administração pública ou por empresas privadas que comprovem que a empresa prestou, ou vem prestando, a contento, os serviços compatíveis com o objeto da licitação.

**II -** Certificado de registro concedido pelo Ministério do Turismo, conforme previsto no art. 22 da Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008, e ao artigo 18 do Decreto n. 7.381/2010.

**III -** Tratando-se de agência de viagem consolidada, cópia do contrato assinado com a agência de viagem consolidadora (Acórdão TCU 112/07 – Plenário).

**IV -** Declaração do próprio licitante, sob as penas da lei, de que está autorizado a emitir e comercializar passagens/bilhetes, no mínimo, das companhias **GOL, LATAM e AZUL**.

**V -** Declaração do próprio licitante com a descrição da estrutura de serviços **exclusiva** de agência de viagens, indicando, no mínimo, endereço e telefone comercial, horário de atendimento, número de funcionários administrativos e de atendimento, e outras informações que garantam condições de operacionalidade, funcionamento e cumprimento da contratação a ser firmada.

**VI -** Ato de registro perante a *International Air Transport Association* (IATA). Na hipótese de a licitante não dispor do registro perante a IATA, poderá apresentar registro da consolidadora ou declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, obtida no site [www.anac.gov.br](http://www.anac.gov.br), traduzidas por tradutor juramentado, se for o caso, comprovando que a licitante é possuidora de crédito direto e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais durante a vigência do contrato.

## **11.0. CONTRATO**

### **11.1. Vigência**

11.1.2. O Contrato terá prazo de execução de 90 (noventa) dias e prazo de vigência de 100 (cem) dias, ambos a contar a contar da assinatura do instrumento contratual.

### **11.2. Formalização**

11.2.1. Como condição para assinatura do Contrato, a futura contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho. O TRE-RO procederá a consulta junto ao SICF, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao TCU.

11.2.2. A Administração deverá convocar, formalmente, a Adjudicatária para:

- a) Informar os dados de seu signatário e apresentar os documentos que comprovem que o mesmo é seu representante legal com poderes para assinar o instrumento contratual;
- b) Comprovar a compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.2.2.1. A convocação será feita por meio de correio eletrônico (e-mail) e apenas em função da total impossibilidade da utilização desse meio, far-se-á a convocação por via postal.

11.2.3. Após recebidos e verificada a conformidade da informação e dos documentos solicitados, a Administração, via e-mail, deverá disponibilizar à Adjudicatária um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a mesma efetue seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

11.2.4. Após a Adjudicatária efetuar o seu cadastramento no SEI, a Administração, via e-mail, deverá disponibilizar àquela um canal eletrônico de comunicação de dados (link), contendo o inteiro teor do instrumento contratual, para que, eletronicamente, o assine.

11.2.5. A Adjudicatária deverá:

a) Atender à convocação de que trata e efetuar seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento do link;

b) Assinar eletronicamente o instrumento contratual no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento canal eletrônico de comunicação de dados (link), contendo o inteiro teor do instrumento.

11.2.6. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações e condições constantes neste Projeto Básico, na Carta-Contrato e na proposta da contratada, podendo ser recusados os serviços que estiverem em desacordo com esses instrumentos ou apresentem qualquer vício ou defeito que inviabilizem a utilização do objeto e contrariem o fim a que se destina a contratação.

### **11.3. Valor da Tarifa**

11.3.1. O valor da tarifa a ser considerado será aquele praticado pelas concessionárias de serviços de transporte aéreo, inclusive quanto às classes promocionais, não sendo permitido nenhum acréscimo.

11.3.2. Serão repassadas ao CONTRATANTE as tarifas promocionais, sempre que forem cumpridas as exigências para esse fim.

11.3.3. O valor vigente das tarifas, na data da emissão dos bilhetes de passagens, deverá ser comprovado mediante transcrição da tela do sistema de marcação.

11.3.4. Deverão ser entregues todas as notas fiscais ou faturas das companhias aéreas, relativas às passagens constantes das faturas, para fins de comprovação, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

11.3.5. Quando for verificado pelo gestor do contrato que o bilhete aéreo foi emitido com valor acima do constante do solicitado, a diferença respectiva



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deverá ser ressarcida à CONTRATANTE, mediante desconto do referido valor, quando do pagamento da próxima fatura.

11.3.6. A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE todas as vantagens e tarifas-acordo que celebrar com as companhias aéreas.

## **11.4 Faturamento**

11.4.1. O faturamento deverá ser o somatório dos preços cobrados no momento da emissão de cada passagem aérea (inclusive bagagem despachada, quando houver), menos o percentual de desconto contratado, mais a taxa de embarque.

11.4.2. É vedada a cobrança de taxa DU, pois o critério é de maior desconto a partir de zero, o que é incompatível com cobrança de taxa. O desconto (a partir de zero) deve incidir sobre o valor estimado do contrato para efeito de proposta. A apuração, na execução, será sobre o valor da passagem.

11.4.3. Os valores cobrados pelas companhias aéreas para reembolso, nova emissão, e cancelamento de viagens serão repassados nas faturas mensais.

11.4.4. As faturas deverão ser tabuladas por centro de custo, nacional e internacional, por data de emissão, discriminando:

- i. Número da requisição;
- ii. Nome do passageiro;
- iii. Companhia aérea;
- iv. Número do bilhete;
- v. Valor da tarifa;
- vi. Bagagem despachada;
- vii. Desconto aplicado; e
- viii. Taxas aeroportuárias.

11.4.5. Durante a vigência do contrato as partes poderão acordar novo formato e novos dados para tabulação na fatura dos serviços.

11.4.6. O pagamento será realizado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega da fatura ao CONTRATANTE.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.4.7. As faturas que apresentarem qualquer tipo de incorreção serão devolvidas e sua nova apresentação ocorrerá juntamente com a fatura subsequente.

### **11.5. Deveres da contratante:**

11.5.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento contratual, neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da observância da legislação pertinente.

11.5.2. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços.

11.5.3. Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução de serviços;

11.5.4. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

11.5.5. Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

11.5.6. Conferir o serviço prestado, podendo:

a) rejeitar a execução dos serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para ajustas e correta execução, se for o caso;

b) receber os serviços, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste termo de referência e no contrato, certificando o documento fiscal.

11.3.7. Realizar o pagamento dos serviços prestados na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato.

11.3.8. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **11.6. Deveres da Contratada:**

11.6.1. Cumprir e fazer cumprir rigorosamente todos os prazos e condições estabelecidos no instrumento contratual, neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da observância da legislação pertinente.

11.6.2. Apresentar nota fiscal dos serviços comprovadamente realizados;

15.6.3. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado.

11.6.4. Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato;

11.6.5. Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

11.6.6. Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

14.6.7. Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los sem prévio consentimento do contratante.

### **11.7. Pagamento**

11.7.1. O pagamento será realizado após envio das faturas, mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

11.7.1.1. Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.7.1.2. Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe se tratar de conta corrente ou conta poupança.

11.7.1.3. O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

11.7.2. Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento a contratada deverá demonstrar regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça.

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas ao pagamento, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

11.7.3. Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

11.7.4. Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$$I = (TX)/365 \qquad I = (6/100)/365 \qquad I = 0,00016438$$

11.7.5. A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

### **11.8. Reajuste contratual**

11.8.1. O preço contratado poderá ser reajustado, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, considerado como tal a data da proposta inicial ofertada na abertura da proposta.

11.8.2. Para concessão, deve-se observar:

- a) o interregno mínimo de 1 (um) ano;
- b) a aplicação do IPCA acumulado nos últimos 12 meses;

11.8.3. Poderá o contrato ser ajustado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.

11.8.3.1. Nesse caso, somente poderá ser conhecido o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro formulado durante a vigência do contrato.

11.8.3.2. O pedido não incidirá sobre eventual serviço já requisitado pela contratante e recepcionado pela contratada;

11.8.3.3. Constitui ônus da contratada a apresentação de documentação comprobatória dos fatos alegados ensejadores do reequilíbrio.

11.8.3.4. Se concedido, o reequilíbrio poderá retroagir à data do pedido.

### **12.0. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

12.1. A gestão e fiscalização do contrato ficará a cargo da Coordenadoria Técnica e de Pagamento -, por meio do titular e, na ausência, por seu substituto ou quem as vezes fizer.

12.2. Cabe à gestão e fiscalização do contrato o recebimento do objeto, o pagamento, o gerenciamento e todos os demais atos necessários ao adequado cumprimento dos termos pactuados.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.3. A comunicação entre a gestão/fiscalização e a contratada dar-se-á por meios oficiais, documentado nos autos.

### **13.0. INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS**

#### **13.1. Infrações gerais:**

13.1.1 O proponente ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

#### **13.2. Sanções:**

13.2.1. Pelo cometimento de infrações, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. Será aplicada a sanção de advertência no caso de inexecução parcial do contrato, desde que não se justifique aplicação de sanção mais grave.

13.4. Será aplicada a sanção de multa incidente sobre o valor contratado, no caso de cometimento de qualquer das infrações descritas no item 13.1., desde que não se justifique aplicação de sanção mais grave, em especial:

a) multa de 0,5%, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias, no caso de:

- a.1) atraso na assinatura do contrato;
- a.2) atraso na emissão das requisições de passagens, marcações, remarcações ou cancelamentos;
- a.3) atraso na apresentação e envio do comprovante de reserva;
- a.4) atraso na apresentação de nota fiscal;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a.6) atraso na apresentação de documentos solicitados pela contratante.

b) multa de 10% no caso de:

b.1) deixar de emitir, reservar ou cancelar trajetos aéreos solicitados

b.2) deixar de confirmar o recebimento de requisições enviadas;

d) multa de 30%, no caso de inexecução total do contrato.

13.5. Constitui inexecução parcial do contrato:

a) O atraso injustificado acima dos prazos previsto no item 13.4, “a”;

13.6. Constitui inexecução total o não cumprimento dos termos contratuais.

13.7. Poderá a Administração, justificadamente, deixar de declarar a inexecução (total ou parcial) e optar pela continuidade da relação contratual, aplicando apenas a multa referente.

13.8. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, no caso do cometimento das seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para contratação;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.9. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, no caso do cometimento das seguintes infrações:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

f) praticar atos previstos no item 13.8 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção ali prevista.

## **14. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

14.1. As especificações do objeto descrito neste Termo de Referência foram elaboradas pelo servidor Rubem Pinto de Melo.

14.2. As revisões do objeto e as demais regras administrativas foram elaboradas pelos servidores Edgard Manoel Azevedo Filho e Michel Andrade do Nascimento.

## **15 ANEXOS**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15.1. Constituem anexos deste Termo de Referência:

- a) ICVEC [0995376](#);
- b) Anexo IX – Proposta L.A. VIAGENS [0995374](#).
- c) Anexo X - Habilitação L.A. VIAGENS [0995374](#)



Documento assinado eletronicamente por **EDGARD MANOEL AZEVEDO FILHO, Secretário(a) de Gestão de Pessoas**, em 03/04/2023, às 15:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0995377** e o código CRC **4F0F337F**.